

Seminário «Territórios e Culturas Ibéricas»

30 de Abril de 2009

Auditório do Paço da Cultura, Guarda

SÚMULA DAS COMUNICAÇÕES

Dr. Tiago Tadeu

A economia de guerra no distrito da Guarda

O trabalho aqui apresentado, inserido na linha de acção *Sociedades de fronteira: tradição, modernidade, identidades*, resultará da tese de mestrado em História Económica e Social Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que estou a desenvolver.

Como referi, aquando da minha candidatura à bolsa do Centro de Estudos Ibéricos, o âmbito cronológico deste projecto estava claramente definido, o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ficando a área geográfica e outros aspectos da investigação, dependentes da informação que existisse nas fontes consultadas. Optei, conjuntamente com os orientadores do trabalho e em virtude da minha mobilidade disponível, por privilegiar arquivos locais onde, pude consultar a correspondência recebida e expedida pelo Governador Civil da Guarda e pelo presidente da autarquia da mesma cidade. Também seleccionámos um jornal local e nacional e assim como alguns processos do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, relativos àquele período e que estavam disponíveis no Arquivo Distrital. Tive ainda a oportunidade de fazer uma incursão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde examinei, alguma da correspondência enviada pela autoridade máxima do distrito ao gabinete do Ministro do Interior. Só com uma visão mais completa da documentação encontrada é que se pôde, começar a vislumbrar melhor a estrutura do trabalho que passo a apresentar.

Começarei, por descrever a visão que o Estado Novo tinha para a economia portuguesa, contextualizando-a no período que antecedeu a sua ascensão, desde a conturbada Primeira República, passando pelo Sidonismo à Ditadura Militar. Muitas das opções do regime saído de 1933 foram, reflexos daqueles agitados anos, marcados sem dúvida pela participação portuguesa na Grande Guerra. Aquele conflito bélico entranhou-se profundamente no ideário das populações, sobretudo dos futuros dirigentes do Estado Novo que, irá condicionar as políticas tomadas pelos mesmos aquando do segundo conflito mundial.

O conceito de economia de guerra merecerá uma abordagem relevante pois, tornar-se-á no ponto de partida para o trabalho visto que, ele incidirá sobre os constrangimentos a que as populações foram sujeitas durante o período da guerra. Tentar-se-á construir e o vasto aparelho e definir as funções do vasto aparelho que, será estabelecido pelo Estado Novo para regular e fiscalizar a distribuição dos abastecimentos. A realidade nacional será alvo de comparação com a de noutras nações europeias, destacando-se aquela com quem Portugal tinha mais afinidades, Espanha.

O controlo social é outro dos aspectos abordados onde será retratado o modo como o Estado impôs, ou não, as suas leis através do seu braço policial e judicial. Aqui procurarei retratar, com a análise de alguns processos judiciais, qual foi a actuação da justiça numa época excepcional e sobretudo, tendo em conta a sua situação de zona fronteiriça, com características e relações muito particulares.

Os constrangimentos económicos impostos às populações irão contribuir para sérias modificações no quotidiano, sobretudo nas relações entre os cidadãos e o Estado e entre os poderes locais e o central. Estes efeitos, serão perceptíveis na comparação de preços e das respectivas produções, antes, durante e já no período de pós-guerra. Será interessante verificar se existiram grandes oscilações entre esses valores, quer a nível distrital quer depois na comparação com a realidade nacional. As queixas das populações e dos diversos poderes locais irão ser analisadas de modo a, tentar perceber se as mesmas tinham fundamento ou não.

Houve uma grande promiscuidade entre os interesses particulares e os vários poderes locais. Cada concelho, cada povoação quase que se assumiu como um território autónomo já que, muitas vezes, as autoridades locais procuraram sobretudo atender às reivindicações dos seus habitantes, olhando com alguma indiferença para os problemas nacionais. O egocentrismo era comum aos vários organismos encarregados da

distribuição dos abastecimentos que, se digladiavam perante a tentativa de intromissão nas suas esferas de influência o que originou um clima de forte tensão e pouca cooperação entre eles. A fomentar esta atitude esteve a quase ausência do Estado que, às vezes, pouco fazia pelas populações mais isoladas.

Analisar-se-á ainda o estado dos transportes e das suas vias de comunicação que, poderiam ou não condicionar a mobilidade e o funcionamento das várias economias locais. Os preciosos testemunhos orais ajudarão a caracterizar esta realidade, assim como outros conteúdos da investigação.

Finalmente, não se poderia deixar de analisar a economia de guerra, sem abordar alguns dos seus fenómenos bem característicos como o contrabando, a especulação e a exploração de minério. Será curioso estudar o percurso de algumas pessoas que, num período de grandes dificuldades económicas, conseguiram prosperar nos negócios assegurando robustamente a sua subsistência e dos seus.

Por fim, antes das conclusões, procurarei retratar o desmantelamento do aparelho que regulou a economia de guerra a nível nacional assim como, as várias medidas políticas tomadas para erradicar o mercado negro de modo a assegurar o normal abastecimento da população.

Dr. Rui Abrantes Martins

O Impacte da Sociedade da Informação nas Áreas de Baixa Densidade: O Caso da Telemedicina

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) poderão contribuir, em áreas de baixa densidade, para uma melhoria no acesso aos cuidados de saúde e na qualidade dos serviços prestados. A saúde, nas duas últimas décadas, tem sido considerada em políticas e investimentos públicos na denominada sociedade da informação.

Pretende-se mostrar, nesta comunicação, a cobertura e utilização das TIC no sector e nos equipamentos da saúde, em termos regionais. Destacamos em termos da telemedicina, as redes, as especialidades médicas abrangidas e o seu impacte visto a partir dos principais intervenientes no sistema de saúde: cidadãos, administrações regionais e dos equipamentos de saúde, serviços de telemedicina, profissionais de saúde (médicos) e utentes.

Palavras-chave: Território. Saúde. Políticas. Tecnologias de Informação e Comunicação. Sociedade da Informação. Telemedicina.

Dr. Fernando Pereira da Fonseca

O património como factor de desenvolvimento local, estratégias e desafios: o caso de Almeida

O projecto de investigação centrou-se na análise do património cultural e natural enquanto factor de desenvolvimento de territórios rurais periféricos, tendo como caso de estudo o município de Almeida. Por constituir um recurso turístico cada vez mais procurado, o turismo surge como uma das actividades melhor posicionadas para suportar o desenvolvimento destes territórios a partir do aproveitamento das potencialidades culturais e naturais. A rentabilização do património e a aposta centrada no turismo em espaço rural são estratégias transversais a diversos documentos de desenvolvimento regional, surgindo como medidas importantes para mitigar os problemas relacionados com o despovoamento, com o envelhecimento populacional e com o declínio do património cultural dos territórios com estas características. O turismo é considerado uma actividade com potencial para diversificar e robustecer o tecido económico local, para rentabilizar as actividades tradicionais (artesanato, agricultura, etc.), para gerar empregos e para reabilitar o património cultural material e imaterial destes territórios.

No caso específico de Almeida, verificou-se que o município apresenta um valioso património cultural, ancorado na arquitectura militar de que a praça-forte é o seu ex-líbris (íntegra a lista dos Monumentos Nacionais), mas onde pontificam outros elementos de elevado interesse como a aldeia histórica de Castelo Mendo (classificada como Imóvel de Interesse Público). O património é classificado por diversas entidades municipais como a principal potencialidade do município e o turismo como a actividade mais promissora para reverter as tendências regressivas que afectam este município raiano. Os investimentos realizados ao

longo dos últimos anos em novos equipamentos, na reabilitação do património cultural e na promoção são reveladores da importância que as autoridades locais têm concedido ao turismo e ao património como principal atractivo do município. As estatísticas, nomeadamente do posto de turismo de Almeida, revelam uma acentuada subida do número de visitantes ao longo dos últimos anos. Em 2007, cerca de 81.000 visitantes passaram pelo posto de turismo local.

Contudo e através de um inquérito dirigido aos empresários locais ligados ao turismo em espaço rural foi possível concluir que os benefícios obtidos com o turismo ficam muito aquém do esperado, tendo um impacto reduzido na revitalização do tecido económico e na reabilitação do património e das actividades tradicionais. Os motivos que explicam esta situação detectada em Almeida são de origem externa e interna. Para além das condicionantes das políticas nacionais, que privilegiam os investimentos em produtos mais massificados e do próprio desinvestimento regional, o território apresenta diversas debilidades internas, como sejam: a deficiente articulação entre as entidades locais (públicas e privadas), a falta de uma visão estratégica de médio prazo para o sector, a apatia e a falta de empreendedorismo das entidades e as debilidades (técnicas e financeiras) das entidades locais.

Assim, concluiu-se que o turismo não poderá ser assumido como uma *poção mágica* para o futuro deste município (contrariamente ao que, por vezes, se procura reclamar), exigindo um conjunto de intervenções integradas no plano territorial e institucional que, a par de outras actividades, poderá efectivamente concorrer para um desenvolvimento mais sustentado do município.

Dr.ª Marta Nunes Silva

Redes de emigração económica clandestina com destino a França (Penedono, 1960-1974)

Durante o Estado Novo, a política emigratória levada a cabo, especialmente, pelo governo de Salazar era limitativa. Esta posição do Estado não satisfazia a vontade da administração francesa que, vendo nos emigrantes portugueses uma mão-de-obra desejável, insistiu sempre na assinatura de acordos que possibilitassem a entrada em território francês de um maior número de trabalhadores.

Como resultado da conjugação de uma série de factores internos e externos, desenvolveram-se nos anos 60, com raízes no contrabando raiano, redes de emigração clandestina. Estas redes, que se estenderam para o interior do território nacional e para Espanha com direcção a França, chegaram também ao concelho de Penedono, onde encontraram uma fonte de fornecimento de clandestinos, angariadores e engajadores. Estabelecendo um emaranhado de relações dentro e fora do pequeno concelho, ligando-se a passadores de concelhos mais próximos da fronteira, criaram-se as condições para levar uma parte importante da população penedonense a caminho de França, contrariando o desejo de grande parte das elites rurais.

Estas redes de emigração clandestina foram o objecto de estudo de uma dissertação de Mestrado que levou a algumas conclusões sobre a constituição, funcionamento, relações e representações sociais das redes de emigração clandestina em contexto rural.

Uma pesquisa baseada em fontes de diferentes suportes (orais, escritos e visuais) revelou uma estrutura complexa e diversificada das redes, em que o papel de cada indivíduo é mutável, adaptável, e se afasta do simplismo com que as redes eram descritas pelos agentes do governo autoritário. Quanto mais a estrutura se complexifica melhor se percebe quão embrenhadas as redes estavam com a comunidade rural. Familiares, conhecidos e amigos dos auxiliares da emigração podiam participar, mais ou menos activamente na rede, apoiando e promovendo a sua actividade, o que, em parte, justifica um certo grau de solidariedade existente entre os elementos das redes.

As fontes de natureza judicial denunciam a verdadeira atitude das autoridades do regime face aos elementos das redes, demonstrando que o discurso punitivo em relação a estes elementos não era totalmente aplicado na prática. De acordo com a tese já defendida por Victor Pereira, havia da parte do regime um interesse, ainda que não verbalizado, em manter a actividade das redes, que permitiam a emigração e com ela a entrada de divisas, importantes para o tão desejado desenvolvimento industrial do país. A atitude, aparentemente, ambígua do regime justificava-se pelo facto de assim poder garantir o apoio da elite conservadora na política ultramarina, a qual não se mostrava muito favorável à emigração.

Finalmente, especialmente através dos testemunhos recolhidos, foi possível perceber um pouco melhor o papel dos diferentes intervenientes (clandestinos e elementos das redes) no processo de emigração clandestina. Verificou-se que os emigrantes também tiveram um papel activo, o que, em certa medida,

permitiu desmontar o discurso de propaganda feito pelo regime em relação às redes, que encontrava nos passadores um “*bode expiatório*” para justificar a elevada emigração perante as elites rurais.

As representações sociais partilhadas por ex-emigrantes clandestinos e ex-auxiliares em relação aos elementos das redes também são diversificadas; contudo, independentemente da imagem, positiva ou negativa, que cada um construiu dos auxiliares de emigração clandestina, a actividade das mesmas redes não é perspectivada negativamente, uma vez que a emigração clandestina era aceite por grande parte da comunidade rural e desacreditá-la seria auto-punir o sistema a que eles próprios recorreram.

Dr. Hugo Dias

“A participação dos sindicatos portugueses nos Conselhos Sindicais Inter-regionais”

A maioria da investigação existente sobre cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha reporta-se à cooperação político-administrativa (Organismos da Administração Central, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Autarquias, do lado Português; e Comunidades Autónomas, do lado Espanhol); ao nível de instituições universitárias e centros de investigação; e entidades associativas ligadas ao sector empresarial.

A presente comunicação pretende colmatar uma lacuna através da apresentação de um estudo sobre um tipo específico de cooperação transfronteiriça. Referimo-nos à cooperação sindical Portugal/Espanha nas regiões de fronteira, cujo papel na construção de parcerias sociais e na promoção da coesão social e territorial poderá ter relevância assinalável.

O objecto do estudo de caso centrar-se-á, mais especificamente, nos chamados Conselhos Sindicais Inter-regionais (adiante designados por CSI-R). Desde a criação do primeiro CSI-R em 1975, foram constituídos 42 até Maio de 2007, sob os auspícios da Confederação Europeia de Sindicatos. As áreas de intervenção destes CSI-R reportam-se fundamentalmente à protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes, facilitação do acesso a informação sobre questões laborais e seu cumprimento, mas podem actuar como parceiros sociais em iniciativas de desenvolvimento das regiões fronteiriças.

Entre Portugal e Espanha existem quatro CSI-R constituídos: Galiza/Norte de Portugal (criado em 1985), Extremadura/Alentejo e Andalucía/Algarve Portugal (ambos criados em 1994) e Castilla-León/Beiras Nordeste (criado em 1995). Tratam-se de experiências com características diferentes, desde a Galiza/Norte de Portugal, de criação mais antiga e participante de uma rede EURES transfronteiriça, até ao CSI-R de Castilla-León/Beiras Nordeste, mais recente e que procura ainda uma articulação e funcionamento mais consistente.

Em primeiro lugar proceder-se-á caracterização da génese destas quatro experiências, contextos em que se inserem, bem como os actores envolvidos e formas de coordenação e intervenção adoptadas.

Em segundo lugar, ao identificar as suas similaridades e diferenças, procurar destriçar os bloqueios e limitações existentes, bem como o potencial destes instrumentos de cooperação. Dar-se-á enfoque especial nas oportunidades existentes decorrentes dos programas de cooperação e instrumentos financeiros específicos para as regiões fronteiriças.

Por fim, avaliar qual o contributo que estes poderão prestar numa perspectiva de construção do “diálogo social” num contexto de integração das economias ibéricas, que se salda no aumento das interacções económicas (circulação de bens e investimento estrangeiro) e numa crescente mobilidade da mão-de-obra.

Dr. Jesús Revelles Esquirol

La recepción en prensa del espejo Portugués: portugal i el iberismo como salida al “problema de españa”

A partir del desastre de 1898 se creó un desencanto y se popularizó «el problema de España» Mi propuesta pretende hacer un repaso y un estudio de la recepción del “espejo portugués” en la prensa española y catalana. A principios del siglo xx existe, por ejemplo, un flujo muy importante entre Cataluña y Portugal: Teixeira de Pascoaes visita Barcelona mientras Eugeni d’Ors pronuncia conferencias en Portugal. El catalanismo entendió que la destrucción de la España unitaria facilitaría o posibilitaría una vertebración hispánica de los pueblos libres. Portugal, desde Cataluña, se observa con fascinación porque es la realización histórica desde el ámbito de la separación e independencia del centro de la Península. Portugal,

desde España, se observó en la década de los setenta como una realidad que anunciaba futuros acontecimientos. El iberismo necesitaba del nacionalismo cultural que, a su vez, necesitaba de una identidad fuerte de escritores portugueses bilingües como Gil Vicente o de autores importantes españoles como Miguel de Unamuno y de publicaciones favorables al entendimiento como *La Revista Ibérica*, o *Revista Peninsular*. ¿Cómo aparece Portugal y el iberismo en la prensa? Pues cada diario interpreta los hechos lusitanos en relación a su línea editorial pero, sea como sea, hoy podemos acordar que todos estos textos periodísticos iniciaron una visión bastante optimista y alejada de los prejuicios sobre Portugal de la que no podemos huir.

Dr.ª Julieta Silva
(em co-autoria com Dr. César Prata)

Músicas d'aquém e d'além fronteiras

Muito pouco se tem escrito e muito menos publicado em torno das práticas musicais das pessoas que vivem na orla dos territórios nacionais. O relacionamento entre populações de um lado e do outro de uma fronteira sempre foi e continuará a ser uma constante. É vulgar, na Raia, as pessoas sentirem-se geográfica e afectivamente mais próximas de uma aldeia do país vizinho do que de outras do seu próprio país. Para além das relações comerciais ilegais (do contrabando), constituídas por trocas de produtos inexistentes, raros ou muito mais caros de um dos lados da fronteira, muitas outras têm sido as razões para este relacionamento histórico e natural entre pessoas que vivem tão próximas fisicamente e que uma fronteira não soube nunca deter. Citando Clarinda de Azevedo Maia (1977), as relações transfronteiriças basearam-se, ao longo dos anos, em matrimónios mistos (que levavam à posse de propriedades no país vizinho); nas trocas de trabalho (trabalhadores portugueses que passavam a fronteira para Espanha onde havia mais oferta de trabalho e os salários eram maiores); a participação em festas ou celebrações, religiosas ou pagãs e também a assistência médica ou o ensino.

Como se reflecte este relacionamento ao nível do canto? Que canções vamos encontrar de um lado e do outro desta linha que para tantos não passa de uma abstracção, que afasta tanto quanto atrai? Que relações existem, hoje? Foi este o impulso que nos levou a realizar as pesquisas que se materializaram na forma do registo áudio e vídeo de dezenas de entrevistados e na produção de um texto de teor descritivo das nossas saídas de campo. Este trabalho também justificou a sistematização de um corpus de textos publicados em torno das práticas musicais de um lado e do outro da fronteira entre Portugal e Espanha, estudos esses ainda hoje lamentavelmente escassos apesar de tão importantes para a compreensão da evolução histórica dos dois países. Assim, citamos as obras literárias e fonográficas que foram publicadas em Portugal até hoje em relação às práticas musicais e etnográficas de cada um dos territórios abordados no presente estudo, numa preocupação de definição de um Estado da Arte do universo abordado, nos campos da Etnomusicologia e dos estudos etnográficos. Debruçámo-nos principalmente sobre as pesquisas dedicadas, de uma forma alargada, às regiões em que as localidades escolhidas se inserem, a Beira Alta e a Beira Baixa na sua faixa mais oriental e os trabalhos desenvolvidos no âmbito de uma comparação internacional.

As localidades nas quais obtivemos resultados e onde foram recolhidos os espécimes musicais que integram o suporte áudio deste trabalho, foram as seguintes: Albergaria de Argañan (província de Salamanca, comunidade autónoma de Castela e Leão) e Aldeia do Bispo (concelho do Sabugal, Beira Alta); La Frejeneda (província de Salamanca, comunidade autónoma de Castela e Leão), Barca de Alva e Vilar de Amargo (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Beira Alta); Vale da Mula, Malpartida (concelho de Almeida, Beira Alta) e Aldea del Obispo (província de Salamanca, comunidade autónoma de Castela e Leão); Salvaterra do Extremo (concelho de Idanha-a-Nova, Beira Baixa) e Zarza La Mayor (província de Cáceres, comunidade autónoma da Extremadura).

No nosso trabalho de campo, procurámos sempre encontrar, ponto a ponto, o reflexo do espelho. Assim, um caso peculiar numa aldeia raiana portuguesa fez-nos ir à procura, do outro lado, de um reflexo, de um qualquer cruzamento, tecendo assim, com as pequenas estórias individuais de relacionamento, uma mais densa malha cujos fios se enredam na História da Raia Luso-Espanhola.